



ESCRavidÃO INTERNA NA ÁFRICA, ANTES DO TRÁFICO NEGREIRO

Talita Tavares Batista Amaral de Souza

Mestre em Sociologia pelo IUPERJ

Professora da UCAM e ISEPAM

RESUMO *O artigo que segue tem como principal objetivo fazer uma leitura panorâmica histórica da realidade cultural, social e política da África, antes do século XV, portanto, anterior ao impacto do tráfico negreiro no Oceano Atlântico. Revisando autores especializados como: Paul Lovejoy, Claude Meillassoux, Rolland Oliver, João José Reis, Alberto Costa e Silva, tentaremos mostrar a especificidade da cultura africana, refletindo sobre a gênese da escravidão na África, o conceito de escravidão, a natureza da escravidão doméstica ou de linhagem e a formação de Estados africanos produtores de escravos.*

PALAVRAS-CHAVE *Escravidão, escravidão doméstica, tráfico negreiro, estados produtores de escravos*

INTRODUÇÃO

A falta de maiores estudos sobre a cultura africana, assim como um conhecimento equivocado, fracionário e ingênuo divulgado pelos meios de comunicação de massa, que nos apresentam, muitas vezes, uma visão romântica, com imagens ligadas à natureza, personagens exóticos, silvestres e rústicos, nos distanciam da riqueza e da complexidade do contexto social, histórico, cultural, religioso e político que envolvem esse continente.



Este trabalho tem como finalidade argumentar que a escravidão na África não foi, simplesmente, um resultado da influência européia. Havia-se difundido, naquele continente, antes dos mercados escravistas do Mediterrâneo e/ou das Américas, uma forma mais simples de escravidão – a escravidão doméstica ou de parentesco (Alta Guiné e Zona da Floresta), além das formas mais desenvolvidas de escravidão, através do comércio à distância – presentes nas caravanas inter-regionais do Saara.

Nos últimos dez anos tem-se desenvolvido estudos mais aprofundados revelando que os povos africanos também produziam, internamente, opressão e exploração de homens, mulheres e crianças.

Neste trabalho, procuramos discorrer, dialogando com os autores especializados, sobre a origem da escravidão, seu conceito, a natureza da escravidão africana, a formação e organização dos estados produtores de escravos. Entendemos ser esse assunto instigante e atual, porque envolve o homem naquilo que ele tem de mais peculiar e essencial: a sua liberdade.

ORIGEM DA ESCRAVIDÃO

A história da humanidade, por muitos séculos, testemunhou a presença da escravidão na vida social de diferentes povos, desde a Antigüidade Clássica.

Não se pode precisar a origem desse fenômeno social, mas pesquisadores e arqueólogos encontram sinais gráficos e esculpidos, nas pedras e cavernas, de que a captura de escravos fazia parte das expedições militares egípcias, desde 2680 a. C., aproximadamente. Vale ressaltar que, quanto maior o número de escravos apreendidos, mais bem sucedida tornava-se a campanha militar e tanto maior a glória do faraó. Cabia a

este, por esses tempos, dividir os escravos, chamados “mortos-vivos”, entre os deuses (sob a forma de sacrifícios), o clero e a nobreza.

Alberto Costa e Silva, em “Manilha e Libambo”(2002), avalia o tráfico de escravos da Núbia para o Egito, ao longo do Nilo, como em torno de 500 escravos por ano, num período constante de quatro mil anos. A região do sul do Egito, portanto, transformou-se em produtora e revendedora de uma mercadoria de alto valor para a região: seres humanos, como assim os vemos hoje, mas que, naquela época, constituíam-se como seres inferiores, destituídos de racionalidade, de uma vida social e cultural respeitável, portanto, suscetíveis de serem objetos de escravização pelos mais poderosos e superiores.

Inicialmente, o alvo desse comércio não eram os homens adultos, como no tráfico atlântico, posteriormente instaurado. Visava, primordialmente, as mulheres, acostumadas aos trabalhos duros e repetitivos e as crianças, cuja adaptação à nova cultura seria de mais fácil inserção.

A condução dos homens adultos, muitos feridos em combates, constituía-se uma ação mais complicada, pois além do exposto, eram mais suscetíveis à rebelião e à fuga. Com o passar dos tempos, por necessidades militares, também efetivaram capturas masculinas, a fim de serem incorporados aos exércitos egípcios. Destinavam-se também ao trabalho nos canteiros de pedras e nas minas de ouro, junto com as mulheres.

Existe uma íntima conexão entre o fenômeno da escravidão e o continente africano, não apenas como um cenário das mais antigas regiões, onde a escravidão era habitual, mas como a principal fonte de escravos para o mundo islâmico, para a Índia e para as Américas.

A escravidão, uma das instituições mais antigas e duradouras da humanidade, era praticada na África, como já citamos, desde remotos

tempos, muito antes da chegada dos colonizadores portugueses, por líderes africanos, os quais negociavam, inclusive, cativos brancos, vindos do Mar Cáspio, dos Bálcãs e da Grécia. Apenas no século XIX, através de um projeto de expansão européia pelo mundo, o sistema escravagista, essencialmente econômico, adquiriu contornos raciais, sendo o negro, transplantado para as Américas, identificado, então, como escravo.

CONCEITO DE ESCRAVIDÃO

Define-se escravidão como uma forma de exploração, cuja característica específica se encontra numa relação entre dois seres humanos, um considerado sujeito e proprietário e outro considerado objeto e propriedade. O escravo era descrito como um objeto de propriedade, alienável e submetido ao seu senhor, uma pessoa interiormente sem direitos, que podia ser destinada a qualquer tipo de trabalho, punida, dependendo da vontade do seu senhor, morta como vítima de sacrifícios, comprada ou vendida como mercadoria, dentro ou fora da comunidade de origem.

A sociedade não protegia o escravo como pessoa, perante a lei. Os escravos não tinham ligações com a rede de parentesco e tinham apenas os direitos concedidos por tolerância. Não existia uma classe social de escravos. Essa visão etnocêntrica, autocentrada, predomina, historicamente, entre todos os povos, até fim do século XV e primeiras décadas do século XVI da nossa era. Esse olhar sobre o outro se fundamenta numa suposta superioridade em relação a esse outro, com critérios estabelecidos culturalmente pelos grupos sociais dominantes, em cada época. O escravo era o outro, o diferente, o inferior, o não-humano, uma simples mercadoria, um bem móvel, por isso deveria ser subordinado, trocado, comprado ou vendido.

A descoberta da humanidade do outro é, sem dúvida, como

*a descoberta da América, um dos acontecimentos mais surpreendentes da história do Ocidente.*¹

Existiram diferenças regionais na África, no modo como os escravos eram tratados e no grau a partir do qual os descendentes dos escravos capturados ou comprados podiam se libertar. A alforria completa, de modo geral, se efetivava no mundo islâmico, especialmente nos casos de escravos soldados, não sendo comum no sul do Saara.

Essa dinâmica das sociedades mais indulgentes dos escravos, libertando as gerações posteriores, as quais passam a incorporar os grupos de homens livres, obrigava os senhores a capturar ou comprar novos escravos, possibilitando o desempenho de tarefas sociais mais árduas.

O desenvolvimento do comércio de escravos africanos, entre os continentes, deve ser considerado a partir da presença da escravidão e do comércio de escravos no interior da própria África. Esse comércio de escravos foi um importante fator no desenvolvimento das redes inter-regionais de caravanas, através do continente, com registros no Egito, na Núbia, em vastas extensões da savana subsaariana e na Etiópia, desde o século IV.

Os súditos desses reinados viviam da agricultura ribeirinha e da pesca, mas seus governantes obtinham suas riquezas do comércio de escravos, das minas de ouro e cobre explorados com a mão de obra escrava e através do ataque às cidades ricas do alto Egito.

Ser escravo significava não ter estabilidade na comunidade que o adquiria. O escravo poderia ser vendido por mau comportamento, por necessidade material de seu proprietário ou outro motivo qualquer, alheio à sua vontade. Obrigados a cortar os laços com a comunidade de origem, a lealdade dos escravos era para com a comunidade a que se ligava

recentemente.

MEILLASSOUX (1985, p.9), no entanto, refere-se, deste modo, à escravidão:

Na prática, os escravos não são utilizados como objetos ou animais, aos quais essa ficção ideológica tenta rebaixá-los. Em todas as suas tarefas – até no transporte de cargas – apela-se à sua razão, por pouca que seja, e sua produtividade ou utilidade aumenta na proporção desse apelo à sua inteligência.

A escravidão era um dos muitos tipos de relações de dependência e um meio eficaz de controlar as pessoas. Outra relevante forma de dependência social utilizada na África era o penhor, quando a pessoa ficava retida como garantia da dívida.

A NATUREZA DA ESCRAVIDÃO AFRICANA

A grande maioria dos estudiosos africanos e europeus concorda que a escravidão era uma atividade implantada na África, antes da chegada dos mercadores europeus no final do século XV. Mas que tipo de escravidão havia até então naquele continente? Alguns especialistas no assunto afirmam que, por aquela época, o que havia era um sistema interno, cuja configuração não se pode identificar, propriamente, como uma forma de exploração do trabalho, seria uma escravidão não devidamente institucionalizada.

Na escravidão interna pré-colonial africana, as pessoas eram transformadas em escravos por punição de algum crime, ou por dívida (favorecendo a penhora humana). Alguns autores identificam essa prática (diferente da escravidão convencional) como escravidão de linhagem,

também chamada de escravidão doméstica ou de parentesco. Esse tipo contraditório de escravidão pode ser considerado uma forma menos agressiva de escravidão, pois os escravos poderiam ter acesso à terra, enquanto meio de produção, poderiam casar-se com pessoas livres e, algumas vezes, eram considerados como membros da família de seu proprietário. M. G. Smith, citado por João José Reis (1992), argumenta que essa variante da escravidão era atenuada devido a seus atores sociais partilharem da mesma cultura, com assimilação da mesma religião.

As razões pelas quais as pessoas poderiam ser escravizadas variavam. Acusação de feitiçaria acarretaria a punição de levar o indivíduo a ser expulso da convivência do seu grupo social. Esse afastamento o levaria, automaticamente, a ser um estrangeiro, numa comunidade onde não comungaria, culturalmente, com seus elementos. Como estrangeiro, poderia ser comercializado e teria que estabelecer novos laços de parentesco com outros grupos, aos quais deveria lealdade.

Outro fator de comercialização é a fome. A sobrevivência de grupos como os Sena, de Moçambique, foi garantida através da comercialização de pessoas livres que se resignavam a se transformar em escravos, em troca de comida para sua comunidade. Nesse caso, a produção de escravos pode ser, inclusive, efetivada dentro do próprio grupo, ficando as pessoas na mesma comunidade de origem, mudando apenas a sua condição de pessoa livre para pessoa escrava.

O suprimento de escravos para o tráfico atlântico, depois do século XVI, reestruturou a organização das sociedades africanas, modificando o estilo da escravidão doméstica, transformando-a em escravidão de larga escala. A partir de então se difundiu a prática de ataques a vilarejos e raptos de pessoas, com o incremento de sistemas internos de comercialização para um mercado externo emergente.

Os mecanismos de controle na escravidão doméstica pré-colonial foram as normas e os mecanismos de parentesco, ao passo que na escravidão em larga escala, o controle era mais trabalhoso e caro. As crianças se adaptavam mais facilmente às novas estruturas sociais, daí serem alvo da preferência dos traficantes de escravos.

Na escravidão de parentesco, o escravo era adotado como filho do senhor, mas ficava menor para sempre, nunca se emancipando do controle de seus proprietários. Os escravos, no sistema doméstico, podiam desempenhar muitas funções econômicas, mas sua presença estava relacionada com o desejo do senhor de aumentar o seu poder político. A sociedade, nesse caso, não estava organizada de modo que a escravidão fosse uma instituição essencial.

FORMAÇÃO DE ESTADOS PRODUTORES DE ESCRAVOS

Havia, na África pré-colonial, uma preferência por escravos do sexo feminino. Essa preferência, segundo alguns autores, se explica pela função das escravas concubinas em produzir escravos através da reprodução. Esses autores apontam uma razão econômica pela preferência na compra de mulheres e crianças: eram mais valiosas, devido à lógica da reprodução e por serem de fácil assimilação às estruturas de parentesco.

A importância do sexo é revelada de forma mais surpreendente no preço de mercado dos escravos. Os eunucos eram, muitas vezes, os mais caros, com mulheres bonitas e meninas logo atrás, seu preço dependendo do seu atrativo sexual. Esses dois opostos – machos castrados e fêmeas bonitas – demonstram, ainda mais claramente, aquele aspecto da escravidão que envolvia o poder do senhor sobre as funções sexuais e reprodutivas. (LOVEJOY, 2002, p. 35).

Os países muçulmanos eram o destino de muitos cativos do sexo feminino, cuja cultura e religião islâmica aceitavam o sistema de concubinação, estando as concubinas ocupando o lugar de preferência como companheiras e mães, além de seu poder de reproduzir e serem de mais baixo custo de aquisição para seu proprietário, em relação às suas mulheres esposas. Essa preferência se justifica, ainda, especialmente, na África Central, onde o controle dos filhos do casal pertencia ao parente consanguíneo mais velho da esposa, enfraquecendo a linhagem do homem. Casando-se com uma escrava, o homem retinha em sua linhagem o direito sobre os filhos.

O senhor proprietário da concubina tinha direito sobre sua capacidade reprodutiva e o controle dos seus filhos, que deveriam também ser leais ao senhor. Alguns autores apontam para o fato de que os filhos da escrava concubina tornavam-se livres, assim como a própria concubina se tornava livre após a morte do seu proprietário.

Explica-se o controle sobre as pessoas, fenômeno constante na África pré-colonial, por estender ao seu proprietário prestígio social e poder político, além de o escravo ser uma mercadoria que poderia ser trocada. Assim, afirma João José Reis: “Nas sociedades de linhagem, o fundamental não é o controle dos meios de produção de bens, mas dos meios de produção de pessoas.” (REIS, 1992: 10).

Em algumas comunidades, através do casamento, o homem escravo poderia receber um pedaço de terra, mas isso poderia ser adiado indefinidamente pelo senhor. Havia comunidades que retiravam dos escravos o direito ao controle da procriação, neste caso a prole repetiria o mecanismo de subordinação ao senhor. Mesmo no nível doméstico, o proprietário podia designar o escravo para trabalhos menos qualificados.

Fisher argumenta em relação às comunidades muçulmanas:

A conversão não representa, necessariamente, um passaporte para a liberdade. Na verdade, com frequência os escravos eram catequizados e convertidos, exatamente, para que pudessem se ocupar de tarefas, como cozinhar, para a execução das quais a religião recomendava mãos muçulmanas. (FISHER apud REIS, 1992: 10).

Devido às regras sociais de determinados reinos, especialmente os de influência islâmica, a segunda geração de escravos adquiridos se tornava livre; logo, essa mão de obra escrava não se auto-reproduzia. No entanto, nesse caso, a reposição dessa mão de obra era feita através do comércio ou ataques militares violentos.

A escravidão muçulmana incentivou um tipo mais comercial de escravidão, antes do sistema mais ampliado nas grandes plantações, nas minas ou no tráfico dos cativos. A África também se utilizou de um sistema ampliado de organização do trabalho, caracterizado por grupos distintos de trabalhadores, cujas relações com seus proprietários eram mais distantes e impessoais. Executavam trabalhos agrícolas, nas minas, no transporte, nas residências e em atividades militares.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ESCRAVOS

A escravidão tornou-se um importante fenômeno social, quando os estados africanos passaram a utilizar os escravos, extensivamente, na produção, como instrumento do poder político, ou na servidão doméstica, inclusive nos serviços sexuais. Esses fatores demandavam uma oferta regular de escravos, além de o número de escravos ter aumentado consideravelmente, passando a afetar a organização social.

Além da produção interna de escravos, em relação à escravidão doméstica, havia na África pré-colonial grupos sociais que se tornaram

empresários, especializados na captura de escravos, visando um fim comercial. Com a alteração da finalidade da produção de escravos, toda a sociedade modificou sua estratificação política e economicamente. Os Estados se burocratizaram para atender aos interesses hegemônicos, assim como formaram seus exércitos para controle social e conquista de cativos, através da guerra.

Estudiosos constatam que havia, portanto, um comércio pré-atlântico, de longa distância, que se constituiu na origem do uso posterior de escravos em grande escala. O comércio de longa distância afirmou-se, inicialmente, como um mecanismo de escoamento da produção escravista. Os produtos comercializados nas caravanas inter-regionais do Saara formavam-se de ouro e marfim, trocados por sal. Historiadores registram a presença de cativos nesta rota, não apenas como carregadores, mas como produto de venda.

Esse comércio a distância incrementou as relações sociais de produção escravista na África pré-colonial, forçando a criação de um Estado coerente com o modelo de supremacia hegemônica e eficiente no controle social, condição necessária ao funcionamento e manutenção do sistema de produção escravagista.

Exemplos históricos de estados africanos, cujo modo de produção econômica passou a ser a captura de escravos para o comércio, foram: Gyaman (na atual Costa do Marfim), Segou, Daomé, Ashanti, o império Fulani e outros. Vale ressaltar o paradoxal fato de que a maior parte da mão-de-obra utilizada na captura de escravos era formada por escravos guerreiros, receptores de privilégios materiais e sociais, mas pertencentes ao Estado e devendo obediência e lealdade exclusivas ao rei, mesmo sendo seus conselheiros políticos de confiança.

Em muitos estados da África pré-colonial, havia a presença dessa escravidão militarista, ou seja, exércitos de escravos. Esses escravos

armados influenciavam as decisões políticas, mas não podiam ser chefes políticos, casar e nem ter filhos, pois a criação de linhagem poderia competir com a fidelidade e atenção devidas ao rei.

Instituía-se nessas sociedades a escravização em massa, pois existia nesses estados africanos uma rede comercial e um mercado internacional de escravos, destinados ao comércio transaariano e ao tráfico internacional, possibilitando a circulação de grande quantidade do bem móvel humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das maiores dificuldades com que um pesquisador se depara ao trabalhar com temas envolventes, como o escolhido para este trabalho monográfico, constitui-se na necessidade metodológica de manter o distanciamento dos fatos. Mergulhar na cultura africana, com valores e dinâmicas de tempos diferentes dos nossos, representa um grande desafio.

A questão não é julgar ou apontar caminhos, mas compreender uma realidade passada, instrumentalizando-nos para sabermos lidar com o presente e enfrentarmos o futuro, que se nos aproxima, de modo assustador e irreversível. Carregamos em nossos ombros a responsabilidade de um legado de mais de 11 milhões de africanos trasladados, forçadamente, para os trabalhos em larga escala nas Américas. O vazio cultural estabelecido, a partir daí, no continente africano, é desolador e de responsabilidade de todos.

O fato de os próprios africanos terem participado desse processo não nos redime. Urge que se fomente uma política global para socorrer esses povos, tão aviltados, após o processo de acumulação capitalista.

Esperamos ter contribuído, ao menos um pouco, para aumentar a conscientização dessa questão social que tem corpo e alma na política e na educação de nossas gerações.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Os Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África – Uma História de suas Transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Porto: Afrontamento, 1977. p. 9-43.

OLIVER, Roland. *A Experiência Africana: da Pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

REIS, João José. *Notas sobre a Escravidão na África Pré-Colonial*. Centro de Estudos Afro-asiáticos. Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Alberto Costa. *A Enxada e a Lança: A África antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Alberto da Costa. *A Manilha e o Libambo: A África de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 15-69.

NOTA

¹ CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 314.

² MEILLASSOUX, 1995, p. 9.